



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS



HELENA LIMA VIVIANI
MELISSA REAL BISPO LANARO
VICTOR FERRADOSA MORATO SARTO

A DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS E O COOPERATIVISMO NA MICRORREGIÃO DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA - SP

Limeira
2019



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE CIÊNCIAS APLICADAS**



HELENA LIMA VIVIANI
MELISSA REAL BISPO LANARO
VICTOR FERRADOSA MORATO SARTO

A DEFESA DE DIREITOS SOCIAIS E O COOPERATIVISMO NA MICRORREGIÃO DO MUNICÍPIO DE LIMEIRA - SP

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial para a obtenção do título de
Bacharel em Administração e Administração
Pública à Faculdade de Ciências Aplicadas da
Universidade Estadual de Campinas.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Raul Etulain

Limeira
2019

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca da Faculdade de Ciências Aplicadas
Renata Eleuterio da Silva – CRB 8/9281

V838d

Viviani, Helena Lima, 1995-

A defesa de direitos sociais e o cooperativismo na microrregião de Limeira - SP / Helena Lima Viviani, Melissa Real Bispo Lanaro, Victor Ferradosa Morato Sarto. - Limeira, SP : [s.n.], 2019.

Orientador: Carlos Raul Etulain.

Trabalho de Conclusão de Curso (graduação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas.

1. Cooperativismo. 2. Movimento trabalhista. 3. Limeira. 4. I. Lanaro, Melissa Real Bispo, 1997-. II. Sarto, Victor Ferradosa Morato, 1992-. III. Etulain, Carlos Raul, 1960-. IV. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Ciências Aplicadas. V. Título.

Informações adicionais, complementares

Titulação: Bacharéis em Administração

Data de entrega do trabalho definitivo: 23-11-2019

AGRADECIMENTOS

Ao nosso orientador, Prof. Dr. Carlos Raul Etulain, que possibilitou a realização do trabalho e proporcionou insumos para realizarmos a pesquisa, com dados do Laboratório de Economia e Gestão da Faculdade de Ciências Aplicadas da Unicamp e incentivou a realização do projeto para complementarmos o banco de dados da economia local, trazendo o panorama do cooperativismo da região de Limeira. À todos os incentivadores do projeto e à FCA - Unicamp que sempre nos deu espaço para o pensamento crítico e trouxe à tona a relevância dos aspectos econômicos da região no contexto nacional e do ensino público de qualidade.

VIVIANI, Helena; LANARO, Melissa; SARTO, Victor. A defesa de direitos sociais e o cooperativismo da microrregião do município de Limeira - SP. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração e Administração Pública) - Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2019.

RESUMO

Este trabalho traz um mapeamento e interpretação de dados acerca da atividade cooperativista na microrregião de Limeira - SP e questiona a observância prática dos fundamentos teóricos que definem este modelo organizacional, no que tange a defesa de direitos sociais dos trabalhadores cooperados. Configuram entre as principais bibliografias utilizadas para a presente análise Rios (1987), Benato e Vitorino (1992). Inicialmente são explicados os elementos que compõem o ideal cooperativista. É apresentado o histórico do cooperativismo brasileiro, destacando-se o estado de São Paulo e a microrregião de Limeira. A seguir inicia-se a análise e comparação de dados atualizados coletados sobre o cooperativismo do município. São estabelecidos contrastes entre as unidades construídas a partir de iniciativa das elites ou por movimento operário. Discute-se o impacto da presença de determinados aspectos administrativos e estruturais nestas instituições para obter-se a conformidade social pretendida no conceito original de “cooperativa”. Para a elaboração da pesquisa foram utilizados, além da bibliografia, dados obtidos junto à plataforma online da Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Cooperativismo. Gestão autônoma. Limeira. Movimento trabalhista. Setores.

VIVIANI, Helena; LANARO, Melissa; SARTO, Victor. In defense of social and cooperative directives of the municipality of Limeira - SP. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração e Administração Pública) - Faculdade de Ciências Aplicadas. Universidade Estadual de Campinas. Limeira, 2019.

ABSTRACT

This paper introduces a data mapping and interpretation about the cooperative activity in the Limeira, São Paulo - Brazil microregion, and questions the practical observance of the theoretical foundations that define this organizational model regarding the defense of social rights of cooperative workers. Among the main bibliography used for the present analysis are Rios (1987), Benato and Vitorino (1992). Initially, the elements that make up the cooperative ideal are explained. The history of Brazilian cooperativism is presented, highlighting the state of São Paulo and the Limeira microregion. Then begins the analysis and comparison of current collected data on the cooperativism of the municipality. Contrasts are established between the units built on the initiative of the elites or by the labor movement. There is a discussion about the impact of the presence of certain administrative and structural aspects in these institutions in order to obtain the social conformity intended in the original concept of "cooperative". For the elaboration of the research were used, besides the bibliography, data obtained from the online platform of the Commercial Board of the State of São Paulo (JUCESP, 2019).

Key-words: Autonomous management. Cooperativism. Labor movement. Limeira. Sectors.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	8
2	APRESENTAÇÃO DO COOPERATIVISMO.....	10
2.1	Cooperativismo no Brasil.....	12
2.2	Cooperativismo no estado de São Paulo.....	18
3	RETRATO ATUAL DAS COOPERATIVAS NA MICRORREGIÃO DE LIMEIRA.....	19
3.1	Cooperativas formalizadas.....	19
3.2	Defesa de direitos sociais.....	24
3.3	Políticas existentes e propostas.....	27
4	CONCLUSÃO.....	29
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31
6	ANEXOS.....	35

1. INTRODUÇÃO

Observando-se a história do cooperativismo, pode-se entender seus possíveis benefícios sociais e enxergar suas diversas formas de aplicação como solução para determinados problemas específicos da classe trabalhadora ou outros mais abrangentes socialmente.

O município de Limeira - SP foi o primeiro a conceber oficialmente o cooperativismo em solo brasileiro, e sua microrregião foi escolhida para estudo, por sua relevância histórica no tema e por sediar a Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, através da qual realizamos esta pesquisa.

Foi utilizado o método descritivo (DALFOVO & SILVEIRA, 2008) para construção do mapeamento e da base de dados sobre as cooperativas formais, fundamentados em consultas ao *website* da Junta Comercial do Estado de São Paulo (JUCESP, 2019), no qual existem informações de domínio público de todos os estabelecimentos comerciais do Estado de São Paulo. A partir dele foi possível extrair, no período de 07/09/2019 a 22/10/2019, informações sobre todas as cooperativas registradas abrangendo a totalidade das categorias atuantes na Microrregião de Limeira - SP (ABUD, 2018).

Utilizou-se também a revisão bibliográfica para a obtenção da análise qualitativa do assunto, com apresentação da evolução histórica dos conceitos de cooperativismo no âmbito global, no Brasil e Estado de São Paulo, além da discussão dos dados quantitativos sobre a situação atual de cooperativas informais e registradas na MRL.

A pesquisa se limita no que tange à obtenção de informações quantitativas e qualitativas sobre as cooperativas informais da área delimitada, uma vez que este tipo de organização apresenta maior carência em registros e disponibilização de dados ao domínio público. No método descritivo, pode-se citar a inviabilidade de se compreender de maneira mais específica a gestão e funcionamento interno das cooperativas analisadas, limitando a pesquisa à espécie de dados apresentados na plataforma da JUCESP.

Com os dados obtidos na plataforma, foi elaborada uma planilha relacionando as cooperativas para compilação e posterior análise. Foram incluídas as seguintes informações: Razão Social, Data de Início de Atividade, Anos em Atividade, Capital Social, Endereço, Ramo e Objeto Social. Foi realizada, portanto, a pesquisa de todas as cooperativas formalizadas da Microrregião de Limeira e a partir da mesma realizou-se um mapeamento por meio de *software* de criação de mapas (*Google myMaps*). Cada ponto destacado no mapa representa uma cooperativa e a sua localização. Em cada um deles foi possível incluir também informações sobre as cooperativas advindas da planilha construída anteriormente. O mapa está disponível para acesso on-line por meio de *hyperlink* destacado na seção de Cooperativas formalizadas.

Após a compilação de dados, foram construídos gráficos na ferramenta *online Google Sheets* para ilustrar o panorama das Cooperativas da MRL e sua inserção no contexto social da região e do país. Foi possível, por meio deles, identificar: Porcentagem de Cooperativas por Objeto Social, Quantidade de Cooperativas atuantes na defesa de direitos sociais e suas respectivas datas de fundação.

Entre as cooperativas identificadas no estudo estão: 1) Cooperativa dos Cafeicultores e Citricultores de São Paulo; 2) Cooperativa de Produtores Rurais - Coopercitrus Limeira; 3) Associação Comercial e Industrial de Limeira - ACIL; 4) Cooperativa Agropecuária da Região de Limeira Ltda; 5) Cooperativa Agrícola de Limeira - Em Liquidação; 6) Cooperativa dos Fruticultores de Limeira; 7) Sociedade Cooperativa dos Citricultores de Limeira; 8) Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Limeira e Região Ltda; 9) Cooperativa Industrial e Agrícola de Limeira - Citral; 10) Cooperativa Regional de Café em Limeira; 11) Cooperflora; 12) Cooperativa dos Produtores de Aguardente da Zona de Limeira; 13) Cooperativa dos Plantadores de Mandioca de Limeira.

2. APRESENTAÇÃO DO COOPERATIVISMO

O contexto histórico que propicia o surgimento da ideia de cooperativismo se dá durante a Modernidade. Até os períodos anteriores, atestava-se que a história da humanidade era baseada em um retorno cíclico, teocentrado, no qual não existia a concepção de progresso. Ao final da Idade Média, começam a surgir registros compilados de invenções científicas, que podem ser considerados como um fator predecessor ao pensamento progressista. (Le GOFF, 2003)

Quando a crença no progresso finalmente se dissemina na sociedade e instaura-se a quantificação artificial do tempo - regradada pelo relógio que utilizamos na atualidade - com o objetivo de coordenar o trabalho, tornam-se mais comuns as revoluções. Isto porque, diferente do cenário em que imperava a aceitação da vontade divina e da repetição das circunstâncias históricas, doravante seria possível mudar o futuro, evoluir socialmente.

No século XVI inicia-se a Revolução Industrial e o auto reconhecimento da classe trabalhadora, que passou a ser instrumentalizada e explorada em prol do progresso. Logo perceberam-se as contradições deste ideal, que significou regresso em diversos âmbitos e camadas, uma vez que as fábricas geravam impactos ambientais intensos e as condições de trabalho, moradia, saneamento e alimentação na qual viviam os operários eram muito precárias. (WIRTH, 2005)

Tendo em vista a necessidade coletiva de conquistar direitos trabalhistas, ocorre a organização da classe trabalhadora em sindicatos. Irrompem as primeiras greves trabalhistas, que à época geraram bastantes ônus aos empregadores - já que os operários detinham conhecimentos produtivos que ainda não eram compreendidos pelos donos do meio de produção e as máquinas da linha de produção dependiam mais significativamente do manuseio humano do que hoje.

Ainda nesta conjuntura, se desenvolveu e propagou a ideia de construir fábricas autogeridas pelos operários, onde não seria necessário o papel do patrão, seria valorizada a defesa de direitos trabalhistas e negadas a exploração e a

aplicação da mais-valia [1], substituindo-as por uma divisão mais justa das receitas. A este modelo de associação produtiva deu-se o nome de cooperativa.

Em teoria, uma cooperativa se caracterizava por associar membros que exerciam atividade econômica em um setor comum – que podia ser de compra ou venda -, objetivando a obtenção de benefícios mútuos, a preço de custo, sob administração democrática. Com este intuito, na estrutura cooperativista cada integrante possuía voto equitativo sobre as decisões organizacionais e os bônus da associação eram distribuídos de acordo com a contribuição – em volume negociado - entre cada membro e a cooperativa, sem que houvesse “lucro” para a máquina administrativa. (Rio, 1987) É também nestes aspectos que se dava a diferença entre a cooperativa e as empresas tradicionalmente capitalistas.

Inicialmente o cooperativismo se propunha a opor-se ao sistema capitalista e era elemento integrante da filosofia socialista utópica, segundo a qual existiria uma diversidade de unidades produtivas abrangendo todos os setores necessários ao funcionamento geral da sociedade e que cooperaram também entre si. (Le Goff, 2003) Porém, já em suas primeiras aplicações, o modelo cooperativista começou a assumir outros aspectos. Entre os motivos geradores dessas mudanças estava a necessidade de competição e sobrevivência em um contexto econômico ainda capitalista. Pode-se citar, entre outros exemplos de variações, o modelo dos tecelões de Rochdale onde existiram trabalhadores associados e trabalhadores que temporariamente não participavam da partilha dos dividendos. Ou então, os casos de cooperativas que, com o intuito de expandir ou realizar novas implementações, buscaram apoio do Estado, a mesma instituição que se buscava abolir a princípio. (BUBER, 1971).

[1] Mais-valia é o termo que define a diferença entre o valor que o trabalho gera e o salário recebido pelos trabalhadores, configurando como a base de exploração e lucro do sistema capitalista (MARX, 1867)

Na atualidade o cooperativismo é praticado de diversas maneiras e nem sempre com o intuito de conferir autonomia ou justiça social aos trabalhadores. Ainda permeia a discussão sobre a validade de se classificar com a mesma terminologia as iniciativas que apresentam algum empenho no sentido de se coincidir com o fundamento original, relacionado ao socialismo, ou as que já não carregam nenhum aspecto desta filosofia, mesclando-se a empresas exclusivamente capitalistas.

2.1 Cooperativismo no Brasil

No Brasil, o surgimento do Cooperativismo nacional se deu oficialmente na cidade de Limeira - SP, com a fundação da Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica no ano de 1891. No ano de 1902, surgiram as “caixas rurais” no Rio Grande do Sul, inspiradas no modelo criado pelo alemão Friedrich Wilhelm Raiffeisen, em 1867. Já as primeiras cooperativas agropecuárias datam de 1907, criadas no Estado de Minas Gerais. (OCB, 1996).

Ao longo dos anos diversos setores do cooperativismo se desenvolveram no país, a estrutura nacional de cooperativas apresentava 13 setores no passado porém para o ano de 2020 haverá uma reformulação para 8 categorias que são: agropecuária, consumo, crédito, infraestrutura, saúde, trabalho, produção de bens e serviços; e transportes; mudança essa justificada por conferir mais força e representatividade perante os serviços realizados.

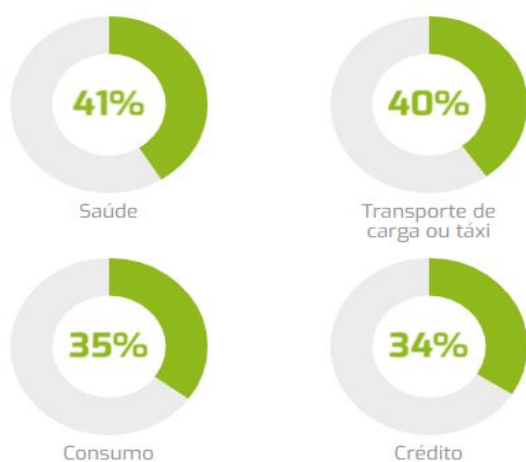
Tabela 1 - Ramos de cooperativas do Brasil 2018

Ramos	Empregados	Associados	Cooperativas
Agropecuário	209.778	1.021.019	1.613
Consumo	14272	1.991.152	205
Crédito	67.267	984.097	909
Educacional	3.412	60.760	265
Especial	8	377	10
Infraestrutura	5.824	1.031.260	135
Habitacional	742	103.745	282
Produção	1.132	5.564	230
Mineral	177	59.270	95
Trabalho	5.105	198.466	925
Saúde	107.794	206.185	786
Turismo/Lazer	15	1.867	22
Transporte	9.792	98.190	1.351

Fonte: www.ocb.org.br/numeros

Imagem 1 - Percentual de relacionamentos dos brasileiros com os ramos cooperativos

Ramos com que os brasileiros mais se relacionam



A partir da Tabela 1 onde são destacados todos os setores e seus números, é conclusivo o impacto que as cooperativas geram na sociedade brasileira, associando mais de 5 milhões de pessoas. Este número considerando apenas as instituições formalizadas e que possuem registros, desconsiderando ainda as proporções do cooperativismo informal de resistência. A partir dos gráficos também se torna expressivo as categorias que são mais utilizadas: consumo, crédito, saúde e transporte.

O setor de consumo se caracteriza por ser um dos mais antigos, seu primeiro relato foi em Minas Gerais na cidade de Ouro Preto em 1889. O número de cooperativas deste ramo apresenta queda, ao passo que surgem grandes redes de supermercado e ocorre a supressão das isenções tributárias.

Um dos setores mais fortes de cooperativa e um dos mais antigos é relacionado ao crédito e foi trazido pelo suíço Amstad que veio ao Rio Grande do Sul em 1855. Na cidade em que se instalou, cujos habitantes tinham que andar por muitos quilômetros para ter acesso a um banco, além de enfrentar os problemas de inexistência de infraestrutura e acesso a direitos básicos, também superou a distância da cidade dos serviços necessários a criação da cooperativa.

“(...) inspiração de Amstad; foi fundada em 1902 uma cooperativa de crédito para atender às necessidades financeiras das famílias de Nova Petrópolis. (...) fomentou desenvolvimento econômico e a inclusão financeira de centenas de outros municípios brasileiros. O segmento atende, hoje, 85 milhões de brasileiros” (Banco Central do Brasil).

As cooperativas da área da saúde, surgiram no Brasil em 1960 e acabaram sendo reproduzidas em os outros países. Vem ganhando força desde então e já oferta serviços a 83% dos municípios.

Segundo o site da OCB o setor de transporte integra “(...) gestões específicas para cada uma de suas modalidades: transporte individual (táxi e

mototáxi), transporte coletivo (vans, microônibus e ônibus), transporte de cargas ou moto frete e transporte escolar.”

O cooperativismo da categoria agrícola, uma das mais incentivadas pelo governo, começa a estar presente no território nacional aproximadamente na década de 1930, quando constitui-se como um importante instrumento de política agrícola, sendo a primeira unidade cooperativista a obter estabilidade no setor agrícola de alimentos do Estado de São Paulo a “Sociedade Cooperativa de Responsabilidade Limitada dos Produtores de Batata em Cotia S.A”, de 1927.

Neste período, em decorrência do crescimento da indústria e do mercado interno brasileiros, o cooperativismo agrícola começou a atrair a atenção do Poder Público. Logo ocorrem os primeiros decretos governamentais que ofereciam facilidades - principalmente isenção de determinados impostos - às cooperativas propiciando a chegada de diversos novos cooperados.

Com o intuito de oferecer suporte às cooperativas, surge em 1933 o primeiro órgão oficial com esta finalidade no Brasil, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que ofereceu incentivos, fiscalização e maior controle às unidades.

Ao final dos anos 50 houve uma demanda estatal para a modernização da agricultura, o que levou cooperativas já formadas a assumirem um importante papel nesse processo, além de influenciar a formação de novas organizações. As cooperativas foram vistas como extremamente benéficas à época, pois estabeleciam uma aliança entre produções familiares e os sistemas modernos, além de darem oportunidade aos pequenos produtores de qualquer setor de se tornarem parte de uma organização maior, profissionalizando o trabalho e garantindo um caráter empresarial, articulando de forma estruturada o mercado e os trabalhadores. (DUARTE & WEHRMANN, 2006)

Durante a primeira metade do século XX as cooperativas da categoria agrícola, que estabeleceram-se como as maiores do país em termos de

representatividade, conseguiram disseminar os ideais cooperativistas, até então de baixa abrangência no Brasil. (SILVA, 2003).

Houve um crescimento excessivo, até os anos 90, do cooperativismo empresarial. Incentivos e subsídios do governo, fizeram com que grandes cooperativas acabassem se proliferando pelo país, se beneficiando apenas de produções que atendessem ao mercado internacional.

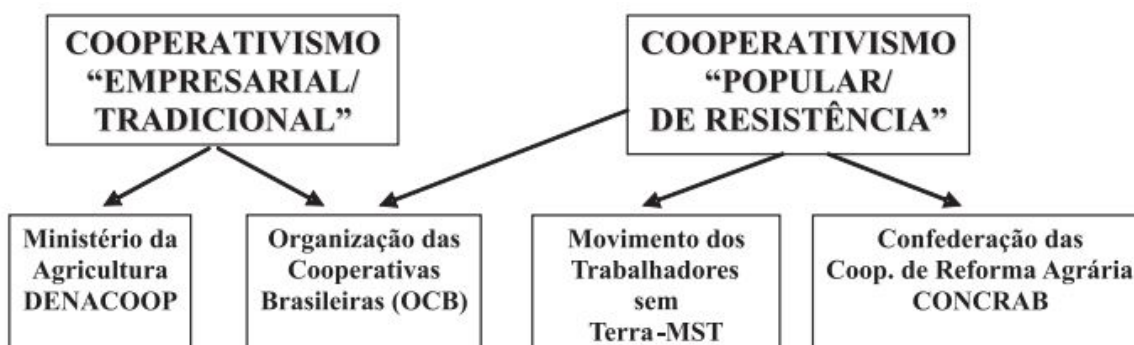
Podemos dizer que o cooperativismo no Brasil fora implementado “de cima para baixo”, de forma desigual e favorecendo interesses da elite, ao contrário de seu ideário inicial. Essa desigualdade é traçada por Rios (1987):

“Existe um cooperativismo de elites e um cooperativismo dos pés-no-chão; um cooperativismo legalizado, letrado e financiado e um cooperativismo ‘informal, ‘sem lei e sem documento’, não financiado e mesmo reprimido. O cooperativismo não está pois ‘imune’ à divisão da sociedade em classes”.

A partir desse momento, as cooperativas familiares começam a ganhar força e ter representatividade no mercado nacional, surgindo da demanda social de “combater” a exploração das grandes cooperativas.

Por consequência, inicia-se o processo nacional de divisão ideológica das cooperativas. O esquema da Imagem 2 ilustra essa “secção” de interesses:

Imagem 2 - Tipos de cooperativismo e seus representantes



Fonte: DUARTE, 1997 e OCB, 2003

Tabela 2 - Distribuição dos Associados segundo a dimensão das propriedades- 1980 e 2003

Area total (há)	% da Classe em 1980	% Acumulado em 1980	% da Classe em 2003	% Acumulado em 2003
Não Proprietários	-	-	28,09	28,09
Ate 10	4,40	4,40	39,56	67,85
De 10 a 50	19,20	23,60	15,71	83,36
De 50 a 100	21,40	45,00	8,90	92,26
De 100 a 500	25,00	70,00	2,35	94,61
Mais de 500	30,00	100,00	5,39	100,00

Fonte: DUARTE, 1997 e OCB, 2003

Na Tabela 2, podemos observar que de 1980 até 2003 houve o crescimento de associados à cooperativas agrícolas com propriedades de até 10 a 50 hectares. Isso mostra o movimento cooperativista de resistência ganhando representatividade, pois as pequenas propriedades em geral pertenciam a produção familiar ou autônoma.

A economia nacional e mundial atualmente apresenta um conjunto de características que influenciam na organização de cooperativas e criação de políticas públicas relacionadas: o fenômeno da ampliação da mecanização do trabalho e consequente desemprego tem condicionado um grande número de pessoas sem fácil acesso a direitos sociais a uma baixa perspectiva de retorno à empregabilidade formal.

O cooperativismo surge como alternativa às demandas sociais existentes que não são supridas pelo poder público. Os números só crescem, “Em 2017, os números do cooperativismo no Brasil se destacaram: cerca de 51,6 milhões de pessoas são beneficiadas direta ou indiretamente pelo cooperativismo no país e 372 mil empregos foram gerados pelas cooperativas. Em 2018, conforme o anuário do cooperativismo, há 6.665 cooperativas atuando no país.” (SICOOB, 2019)

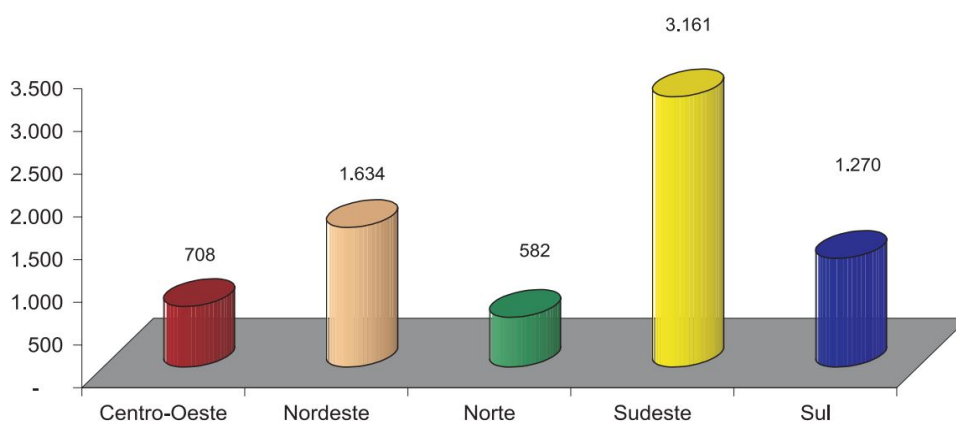
No presente as cooperativas apresentam grande heterogeneidade, porém analisando-se o conjunto destas organizações, pode-se perceber seu impacto social e econômico de forma positiva. Como destaca o pesquisador Marcelo Botelho da Costa Moraes em entrevista, economicamente este setor tem mostrado grande relevância em meio à crise que atinge o restante do país, não sofrendo impacto expressivo e conseguindo se sustentar através de pilares que vão além do crédito de financiamento rural e infraestrutura. Já no aspecto social, existem tanto organizações cooperativas que intensificam desigualdades quanto as que fortalecem o produtor. Pode-se citar como prática de fortificação coletiva o oferecimento aos associados de benefícios superiores aos já assegurados pelo Governo, como na Cooperativa de Produtores Rurais de Agricultura Familiar (Cooperfam) e em diversas outras do Estado de São Paulo. Também estão entre as vantagens do cooperativismo: 1) a inclusão de produtores, independentemente de seu tamanho e sistema de produção; 2) coordenação da cadeia produtiva em relação horizontal; 3) geração e distribuição de renda de forma equitativa; 4) possibilidade de prestação de serviços e o acesso a tecnologias pelos cooperados; 5) formação de economias de escala, com aumento do poder de barganha em compra e venda; 6) acesso a mercados, que isoladamente seria dificultado; 7) agregação de valor à produção dos cooperados; 8) garantias trabalhistas - INSS e décimo terceiro; 9) assistência técnica aos cooperados, na produção.

Estes benefícios estão explícitos em algumas correntes do fundamento de cooperativa, onde são definidas como o conjunto de atividades que permitem a comunicação, capacitação e a prestação de serviços aos produtores, tendo em vista a difusão de tecnologias, gestão, administração e planejamento das atividades preservando e recuperando os recursos naturais disponíveis, e sempre visando redução de custos, maior lucratividade e melhoria das condições de produção. (SANT'ANA, 2014)

2.2 Cooperativismo no Estado de São Paulo

Até o final de 1992, o Estado de São Paulo já contava com 136 cooperativas agrícolas, englobando 380 filiais. Atualmente, o volume de produção que passa por alguma cooperativa especificamente agrícola no Brasil já chega a mais de 48% do total produzido no país. (PRADO, 2018).

Gráfico 1 - Cooperativas por região.



Fonte : Organização das Cooperativas Brasileiras(OCB)

Tendo em vista a eminente relevância do cooperativismo para a nação, seus potenciais benefícios sociais, econômicos e políticos, além da indisponibilidade de uma base de dados que englobe todos os formatos de cooperativas propiciando a identificação de oportunidades em comércio interno e aplicação de políticas públicas relacionadas a estas organizações, este estudo tenciona conferir, na cidade-origem do cooperativismo brasileiro, uma visão atualizada das características das cooperativas no município.

3. RETRATO ATUAL DAS COOPERATIVAS NA MICRORREGIÃO DE LIMEIRA

3.1 Cooperativas formalizadas

O estudo abrange a Microrregião de Limeira. Conforme dados disponibilizados no livro: Por dentro do estado de São Paulo - Região de Limeira - Volume 5; de Rosana Baeninger, Roberto Guimarães Peres, Álvaro de Oliveira D'Antona e Carlos Raul Etulain, publicado em 2012 pelo Núcleo de Estudos de População/Nepo da Unicamp, temos a microrregião delimitada conforme o mapa abaixo (Imagem 2). Ela delimita a região composta pelos municípios de: Araras; Conchal; Cordeirópolis; Iracemápolis; Leme; Limeira; Santa Cruz da Conceição e Santa Gertrudes.

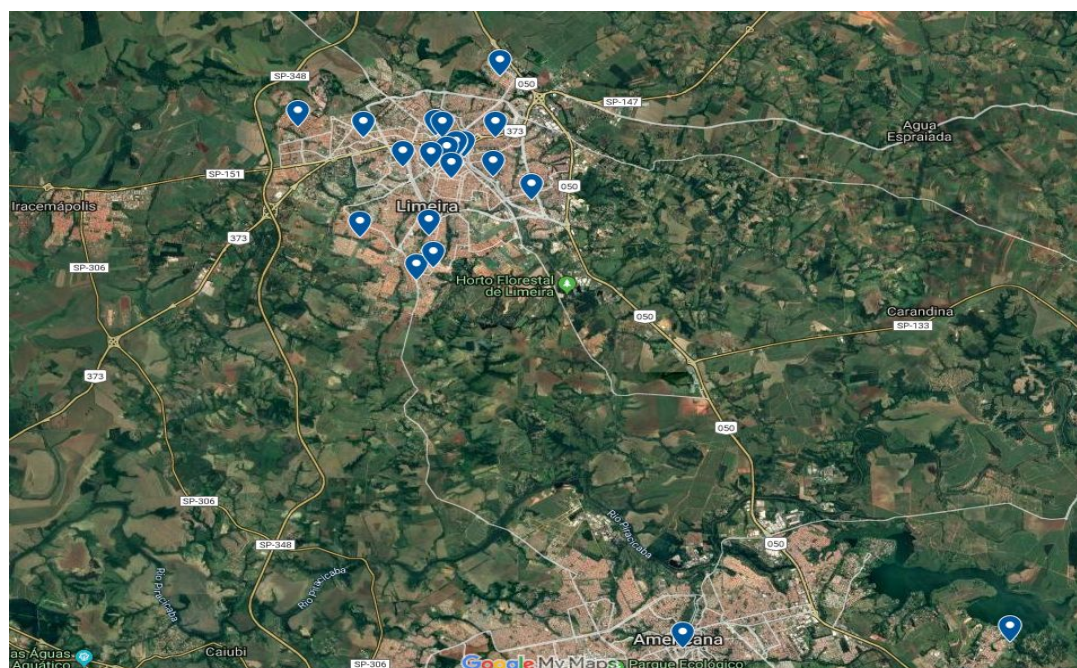
Imagem 2: Localização geográfica da Microrregião de Limeira no Estado de São Paulo



Para a Microrregião, notamos uma distribuição geográfica de cooperativas formais concentrada nos centros urbanos, conforme pode-se verificar na Imagem 3 abaixo. As organizações estão majoritariamente localizadas próximas ao centro da cidade de Limeira, principalmente aquelas com mais tempo de atuação. É possível

acessar o *hyperlink* (abaixo) do mapa construído e por meio desse interagir com os pontos demarcados, obtendo mais informações à respeito das cooperativas, seus objetos sociais e segmentos de atuação, além de visualizar outros dados cadastrais relevantes.

Imagem 3 - Mapa de Cooperativas da microrregião de Limeira



Fonte: Dados da Junta Comercial do Estado de São Paulo, mapeamento via software Google MyMaps, [hyperlink](#)

A distribuição de segmentos para as cooperativas analisadas na MRL é bastante heterogênea, porém possui alta predominância de cooperativas agrícolas. A partir da Tabela N°3 abaixo, é possível verificar os diferentes setores de atuação para todas as cooperativas formalizadas da região de Limeira, com as respectivas quantidades de organizações e uma média de tempo de atuação. A cooperativa mais antiga registrada junto à JUCESP é a Cooperativa dos Fruticultores de Limeira, que ainda atua no segmento agrícola e começou suas atividades em 8 de novembro

de 1929. A mais recente, por sua vez, é a Coopersonhos, uma cooperativa habitacional fundada no dia 2 de maio de 2019. A relação completa de organizações cooperativistas e os detalhes também podem ser consultados por meio de planilha online, destacada na seção 6, Anexos. [\(hyperlink\)](#).

Tabela 3 - Número de Cooperativas da MRL por ramo de atividade

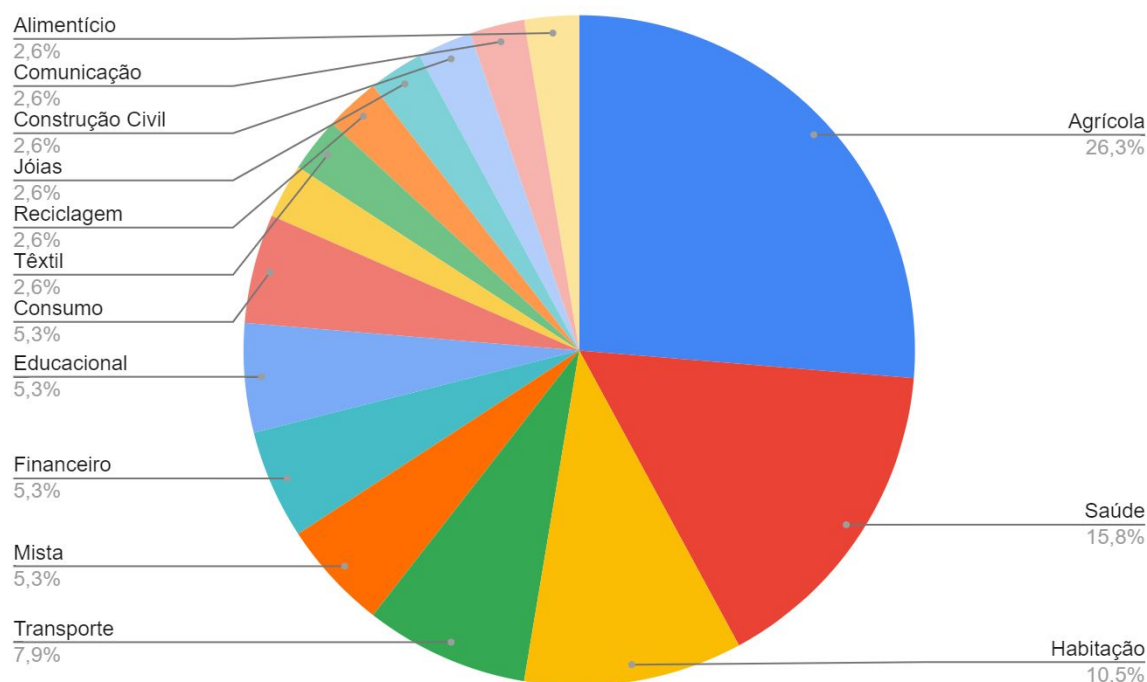
<i>Ramo</i>	Número de Cooperativas	Média de Tempo de atuação
Agrícola	10	60
Saúde	6	30
Habitação	4	11
Transporte	3	11
Mista	2	21
Financeiro	2	47
Educacional	2	26
Consumo	2	58
Trabalhista	1	4
Têxtil	1	10
Reciclagem	1	15
Jóias	1	14
Construção Civil	1	17
Comunicação	1	85
Alimentício	1	67
Total geral	38	36

Fonte: Dados da Junta Comercial do Estado de São Paulo

Por meio dos dados obtidos, podemos inferir que a grande maioria das cooperativas da MRL com mais de cinquenta anos estão atuando no ramo agrícola, o que reflete diretamente uma realidade do âmbito nacional presente nas décadas de 1930 a 1950, período no qual foi incentivada a conglomeração de produtores agrícolas com o objetivo de fortalecer a produção nacional (DUARTE, 2006). No entanto, verificamos mais adiante que a maior parte dessas cooperativas do ramo

agropecuário não possuem como objetivo principal a manutenção dos direitos sociais dos trabalhadores.

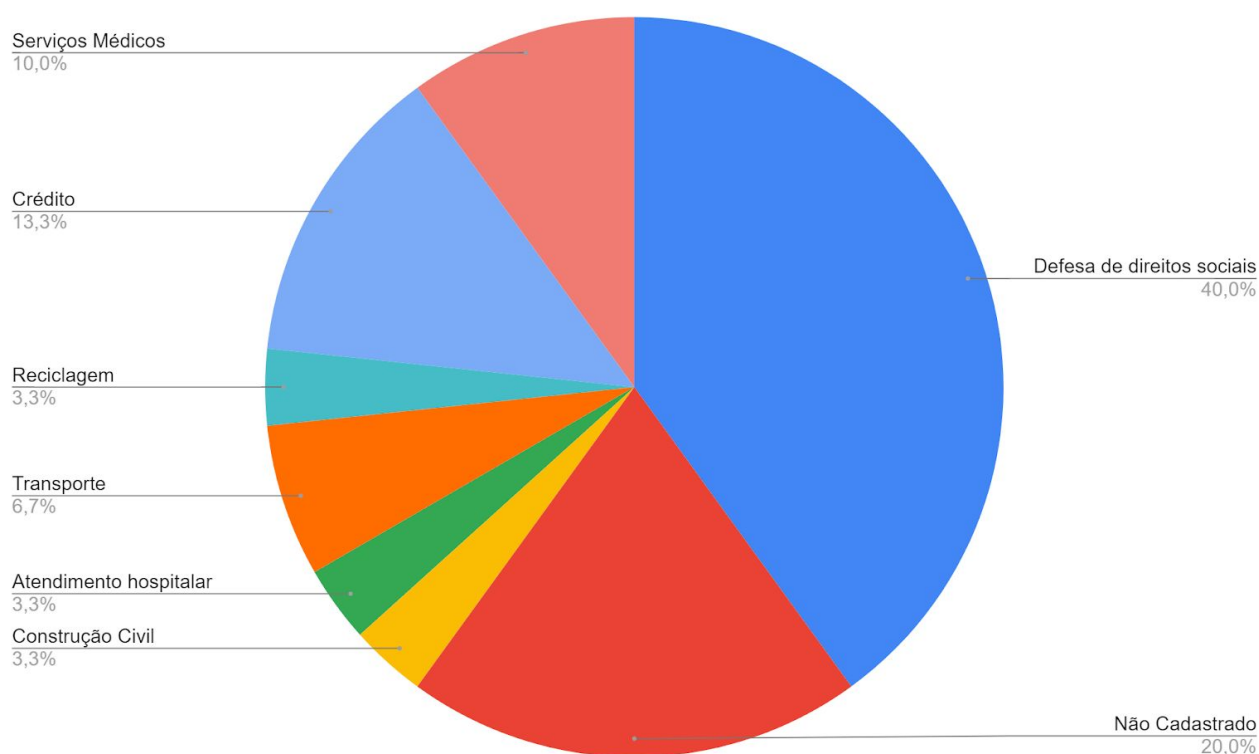
Gráfico 2: Porcentagem de Cooperativas por ramo de atuação na MRL



Além da classificação por ramo, feita com base no segmento de atuação, foi realizada também a separação e análise por Objeto Social, que define o escopo de atuação de uma empresa ou organização no momento de sua criação (GUERREIRO, 1984), sendo essa também uma classificação utilizada pelo banco de dados da JUCESP para todas as empresas que são registradas no Estado de São Paulo. Por meio desse indicador, pode-se estabelecer quais cooperativas da região são voltadas à defesa de direitos sociais desde a sua origem, conforme podemos verificar no Gráfico N° 3 abaixo, 40% das cooperativas analisadas são relacionadas à defesa de direitos sociais dos trabalhadores. Para algumas delas, porém, especialmente as mais antigas e voltadas à agricultura, verificamos uma ausência de informações nesse campo, 23% das cooperativas da MRL não possuem o Objeto Social cadastrado na Junta Comercial do Estado de São Paulo.

Outros objetos sociais ocupam de forma similar o restante das cooperativas analisadas, com uma predominância ligeiramente maior para organizações voltadas à Serviços médicos, à exemplo da UNIMED de Limeira e também de Crédito, como a SICREDI Limeira, duas das maiores cooperativas de âmbito nacional, também presentes na região.

Gráfico 3 - Porcentagem de Cooperativas por Objeto Social na MRL



3.2 Defesa de direitos sociais

Para o Objeto Social “Defesa de direitos sociais”, temos 12 cooperativas mapeadas na MRL. Elas estão relacionadas na Tabela 4. A porcentagem de cooperativas de defesa de direitos, por segmento de atuação está destacada no Gráfico 4. Notamos uma predominância, novamente, de cooperativas do setor agrícola, porém foi possível verificar também um crescimento, nos últimos anos, de

cooperativas habitacionais que promovem a defesa de direitos à moradia para os trabalhadores da região, conforme é possível visualizar na Tabela 5, que demonstra a média de tempo de atuação para o objeto social em questão.

<i>Tabela 4: Relação das 12 Cooperativas de Defesa de Direitos Sociais da MRL</i>
COOPERATIVA DOS PLANTADORES DE MANDIOCA DE LIMEIRA
COOPERATIVA DOS PRODUTORES DE AGUARDENTE DA ZONA DE LIMEIRA LTDA.
COOPERATIVA AGROPECUARIA DA REGIAO DE LIMEIRA LTDA.
COOPERTRALI
DENTAL - DENTAL COOPERATIVA ODONTOLOGICA DE LIMEIRA.
COOPERATIVA HABITACIONAL POPULAR DE LIMEIRA
COOPERSET
COOPMUL
COOPAEL
COOPERHALI
CONSTRULCOOP
COOPERSONHOS COOPERATIVA HABITACIONAL DE LIMEIRA

Gráfico 4 - Ramo de atuação das cooperativas de defesa de direitos sociais na MRL

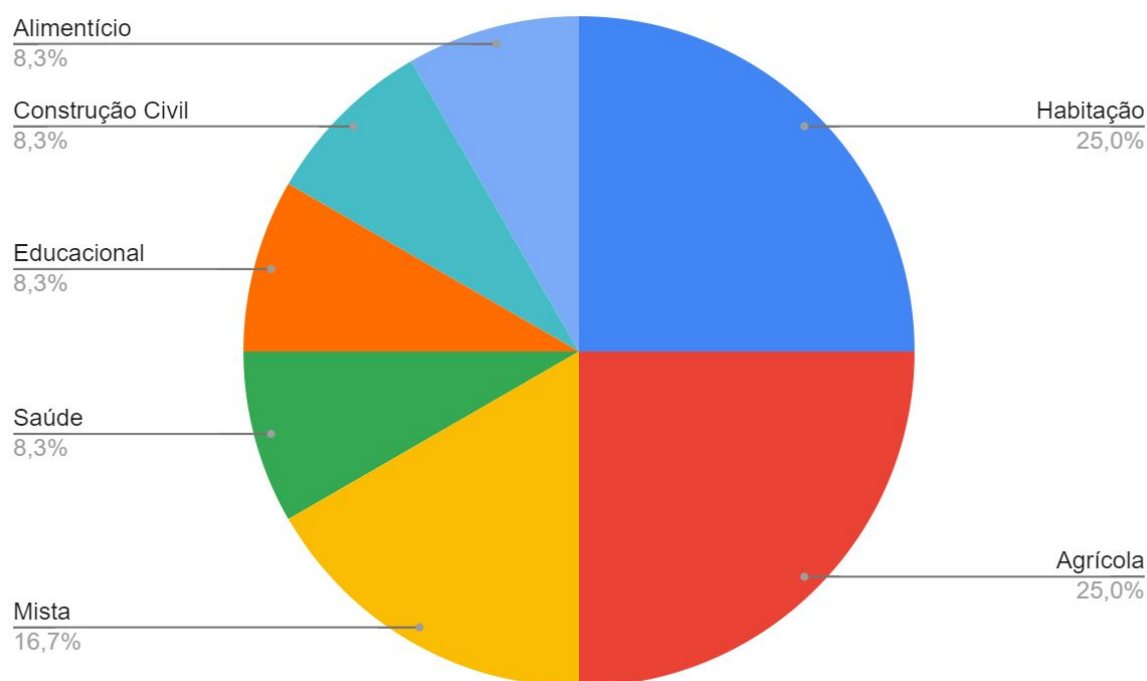


Tabela 5 - Média de Tempo de Atuação por ramo das Cooperativas de Defesa de Direitos Sociais da MRL

<i>Objeto Social</i>	<i>Ramo</i>	Número de Cooperativas	Média de tempo de atuação
Defesa de direitos sociais	Habitação	3	13
	Agrícola	3	51
	Mista	2	21
	Saúde	1	23
	Educacional	1	20
	Construção Civil	1	17
	Alimentício	1	67
Total geral		12	30

Verificamos, portanto, além da menor predominância de cooperativas agrícolas, uma crescente demanda por cooperativas de defesa de direitos habitacionais nos últimos anos, amplamente relacionada ao grande crescimento populacional pelo qual a Microrregião de Limeira passou nas últimas cinco décadas.

Desde 1970 até o último Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, a população de Limeira-SP passou de 90.963 para 276.022 habitantes (D'ANTONA, 2014), um crescimento de 284% em 40 anos.

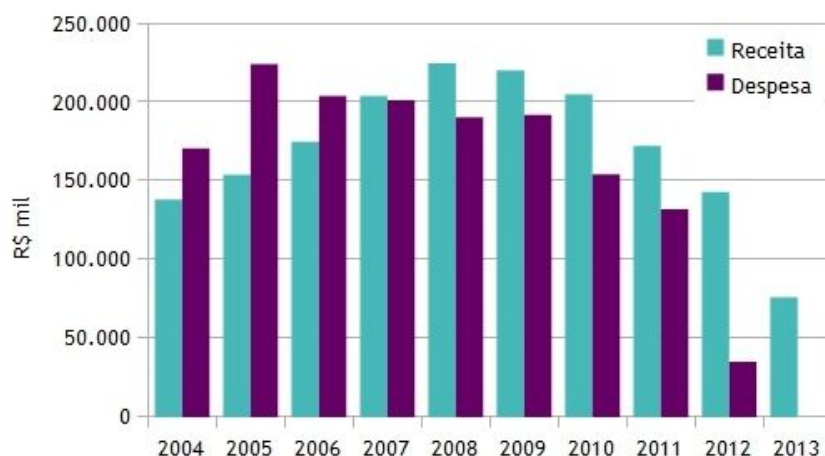
As cooperativas de habitação voltadas à defesa de direitos cadastradas na JUCESP presentes na MRL e seus respectivos anos de fundação são a Cooperativa Habitacional Popular de Limeira, 1997; Cooperativa Habitacional de Limeira - COOPERHALI, 2003; Coopersonhos, esta última sendo a cooperativa mais jovem da região, fundada em maio de 2019.

3.3 Políticas existentes e propostas

Atualmente na região existe a lei municipal de incentivo ao cooperativismo, Lei nº 3412 de 27 de junho de 2002 que institui a ocorrência trimestral da Feira do Micro e Pequeno Fabricante, e inclui a participação de diversas categorias de cooperativas, abrangendo desde os grandes produtores até as cooperativas de fomento à produção local e agricultura familiar. (LIMEIRA, 2002)

No sentido de se pensar políticas públicas relacionadas a cooperativas que promovam o desenvolvimento social, tem-se como exemplo o programa de financiamento Fundese - Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado de Minas Gerais. Nele, foram promovidos diversos aspectos relevantes no incentivo ao cooperativismo, como: 1-criação de instrumentos e mecanismos que estimulem o contínuo crescimento da atividade cooperativista; 2-prestação de assistência educativa e técnica às cooperativas sediadas no Estado; 3-estabelecimento de incentivos financeiros para a criação e o desenvolvimento do sistema cooperativo; 4- facilitação do contato das cooperativas entre si e com seus parceiros.

Gráfico 5 -Relação entre a despesa e receita da Fundese e cooperativas mineiras que receberam o investimento.



Fonte: <https://politicaspUBLICAS.almg.gov.br/>

A partir do Gráfico 5 notamos que é visível o sucesso que o Fundese exerceu nas cooperativas de Minas Gerais e podemos traçar um paralelo de como essa política pública poderia ser desenvolvida no Estado de São Paulo, consequentemente atingindo o município de Limeira e suas adjacências. Nota-se que, em um primeiro momento, as despesas ultrapassam as receitas, porém no caso do conjunto de cooperativas mineiras representadas no gráfico, foram necessários apenas três anos para que a receita começasse a suprir a demanda e atingir um Lucro Real. Logo após o ano de 2006, a receita das cooperativas demonstram aumento gradual durante os anos subsequentes até 2013, ano no qual a pesquisa fora realizada e se torna conclusivo o fato de que é uma política pública de sucesso no contexto regional do estado de MG. Vale salientar que no ano de 2012 as receitas acumuladas ultrapassaram o dobro das despesas.

4. CONCLUSÃO

Atualmente existe uma parcela das cooperativas que não realizam o trabalho de defesa de direitos sociais, ao contrário do que é visto nas cooperativas que se caracterizam como resistência ou possuem objetos sociais voltados à manutenção de direitos. Podemos citar as grandes cooperativas de crédito, financeiras ou agropecuárias de monoculturas. Engloba-se, nesses casos, majoritariamente, três grandes pilares: objetivos político-econômicos, os quais visam transformar a sociedade e melhorar as condições de vida dos associados; desenvolvimentistas, que têm foco para que haja uma democracia interna, com a descentralização do poder entre seus associados e não atuar necessariamente na defesa de direitos sociais, além de um terceiro pilar que aparece como foco central na grande maioria das cooperativas analisadas, que é o de fortalecimento do maquinário capitalista e de suas grandes indústrias, visando o acúmulo de recursos entre poucos grandes produtores focados na agropecuária extensiva, o que muitas vezes as configura como empresas capitalistas ordinárias, perdendo a essência cooperativista vista em outros momentos históricos.

Há ramos do cooperativismo, no entanto, que trazem à tona as políticas tradicionais dos séculos XIX e XX por contemplarem as pautas sociais destacadas acima e assim potencializando os interesses comuns entre pequenos produtores e seus respectivos desenvolvimentos econômicos. O cooperativismo que é apresentado como resistência visa sim o lucro, mas o lucro abordado de uma forma mais orgânica e de favorecimento à todos de uma forma igualitária, muitas vezes investindo também em direitos básicos como saúde, segurança, educação e habitação adequada para os cooperados em questão. Nota-se assim um grande desenvolvimento econômico das regiões que incentivam o cooperativismo, independente do ramo ou segmento a ser criado. A região de Limeira se caracteriza como sendo uma região na qual existe um número significativo de cooperativas de distintos ramos e que surgem em contextos históricos distintos entre si, mas que se

desenvolvem a partir das demandas requisitadas pela sociedade limeirense e sua microrregião como um todo.

Dada a importância das cooperativas brasileiras, torna-se imprescindível o desenvolvimento de políticas públicas de longo prazo que atendam com qualidade a particularidade de cada ramo cooperado em questão e também que sejam atendidos os anseios de cada região especificamente, para se cultivar um ambiente de impacto socioeconômico positivo. Tomemos como exemplo a Fundese, implementada com finalidade de fomento ao cooperativismo do estado de MG. Políticas como essa são viáveis, porém é importante avaliar previamente os impactos e realizar uma formulação, implementação e análise adequadas para se atingir objetivos coerentes com as demandas locais e sua inserção no contexto nacional.

Em virtude das conclusões tomadas e das limitações do presente método de pesquisa, sugere-se o aprofundamento do estudo com base em coleta de dados através da aplicação de entrevistas às cooperativas, que tornaria possível a aquisição de dados internos mais detalhados, uma avaliação mais precisa dos conceitos presentes na prática organizacional e concomitantemente, maior especificidade nas sugestões de políticas públicas viáveis ao município.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ETULAIN et al. “Perfil econômico da Microrregião da Limeira”, p. 33-62. IN: BAENINGER, R; PERES, R.G; D'ANTONA, A.O; ETULAIN, C.R. Por Dentro do Estado de São Paulo: Região de Limeira. São Paulo: Traço Publicações e Design, 2012. 104 p.

ABUD, Camila Costa. A DESINDUSTRIALIZAÇÃO NA MICRORREGIÃO DE LIMEIRA (MRL) NO SÉCULO XXI. Relatório PIBIC, Faculdade de Ciências Aplicadas UNICAMP, 2018.

ARRUDA, M. Globalização e sociedade civil repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Proposta, n.74, p.6-17, 1997. Disponível em: www.alternex.com.br/~pacs/index.html.

BONAPARTE, H. M. Frente al neoliberalismo: cooperativas post modernas? Revista del Instituto de la Cooperación, n. 81, p.337-386, 1993.

BUBER, Martin. O socialismo utópico. São Paulo: Editora Perspectiva, 1971.

CONFEDERAÇÃO DAS COOPERATIVAS DE REFORMA AGRÁRIA DO BRASIL (CONCRAB). Sistema cooperativista dos assentados. Caderno de Cooperação Agrícola, São Paulo, n. 5, 1997.

COSTA, F. As cooperativas e a economia social. Lisboa: Horizonte, 1986, Lisboa: Horizonte. p. 119, 1986.

CULTI, M. N. O Cooperativismo Popular no Brasil: Importância e Representatividade. Trabalho Apresentado no Terceiro Congresso Europeu de Latinoamericanistas. Amsterdam-Holanda, jul. 2002.

DALFOVO, Michael Samir; LANA, Rogério Adilson; SILVEIRA, Amélia. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. Revista interdisciplinar científica aplicada, v. 2, n. 3, p. 1-13, 2008.

DA SILVA, Jhonny Santos. Agricultura Familiar Camponesa e Cooperativismo no Maranhão. 2012. Tese (Mestrado em Desenvolvimento Sócio-espacial e Regional) - UEMA, Maranhão, 2012.

DESROCHE, H. Mouvement coopératif et économie sociale en Europe. La Revue de L'Economie Sociale, n.3, p. 59-87, 1987.

DUARTE, LAURA MARIA GOULART; WEHRMANN, Magda Eva S. de F. Histórico do Cooperativismo Agrícola no Brasil e Perspectivas para a Agricultura Familiar. Associativismo, Cooperativismo e Economia Solidária no Meio Rural, Brasília, DF, Janeiro 2006.

D'ANTONA, Alvaro de Oliveira; DE MELLO, Allan Yu; BUENO, Maria do Carmo Dias I. et al. A Expansão Urbana de Limeira-SP Entre 1970 E 2010. p. 67-72, 2014.

GIL, Antônio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. São Paulo: Atlas, 1999.
GUERREIRO, José Alexandre Tavares. Sobre a interpretação do objeto social. RDM, v. 54, p. 67-72, 1984.

HIRIART, Maria Magdalena *et al.* Projeto de Desenvolvimento Integrado do Cooperativismo de São Paulo - PDICOOP II. Modalidade Cooperativas Agrícolas.

[S. /], 1992. Disponível em: <http://www.codeagro.sp.gov.br/ica/publicacoes>. Acesso em: 26 jun. 2019.

IBGE. IBGE CIDADES, Limeira. Limeira, SP, 1 jan. 2007. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/limeira/pesquisa/31/29644>. Acesso em: 4 jun. 2019.

JUCESP. Pesquisar Empresas. Limeira, SP, 2019. Disponível em: www.jucesponline.sp.gov.br. Acessos realizados de 10 jun. 2019 a 22 out. 2019.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 2. 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

NETO, Afonso Negri; COELHO, Paulo José; MOREIRA, Irene Roque. Divisão Regional Agrícola e Região Administrativa do Estado de São Paulo: Histórico, Semelhança, Diferença. [S. /], 14 jun. 1993. Disponível em: <http://www.iea.agricultura.sp.gov.br/ftpiea/tec2-0693.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2019.

PANZUTTI, Ralph. Crescimento das cooperativas agrícolas. In: PANZUTTI, Ralph. Estratégias de Financiamento das Cooperativas Agrícolas no Estado de São Paulo - Caso da Cooperativa dos Agricultores da Região de Orlândia. 1997. Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 1996. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/286151>. Acesso em: 26 jun. 2019.

PRADO, Aurélio. Dia Internacional do Cooperativismo é neste sábado. [S. /], 11 jul. 2018. Disponível em:

<https://www.ocb.org.br/noticia/21137/dia-internacional-do-cooperativismo-e-neste-sabado>. Acesso em: 27 jun. 2019.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. [S. l.], 2006. Disponível em: http://www.academia.edu/download/33863767/metodologia_de_pesquisa_aplicavel_as_ciencias_sociais.pdf. Acesso em: 29 jun. 2019

RIOS, Gilvando. "O que é cooperativismo". São Paulo: Brasiliense, (Coleção Primeiros Passos). 1987.

SILVA, Sandro Pereira; CARNEIRO, Leandro Marcondes. OS NOVOS DADOS DO MAPEAMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL: APONTAMENTOS INICIAIS PARA O DEBATE. Mercado de Trabalho, Brasília, DF, 4 abr. 2014.

SISTEMA OCB, Brasília. Disponível em: <https://www.ocb.org.br/> Acesso em: 26 jun. 2019.

SISTEMA Reiffeisen. Brasil, 2012. Disponível em: <https://cooperativismodecredito.coop.br/cooperativismo/historia-do-cooperativismo/sistema-raiffeisen/>. Acesso em: 26 jun. 2019.

WIRTH, Ioli. O cooperativismo como possibilidade de recuperação do poder coletivo dos trabalhadores. 2005. Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual de Campinas, [S. l.], 1867.

6. ANEXOS

Link do mapa online de cooperativas da MRL, domínio público (Google MyMaps):
<https://drive.google.com/open?id=1fngAutoiRbuYKol3xU9pOwhxNsSkxPjd&usp=sharing>, 2019

Link do banco de Dados de Cooperativas da MRL, planilha online:
https://docs.google.com/spreadsheets/d/1nsgyc1Lawi2bBi6lhBAGW_Pg0gXkgIBXA3imYahCDkc/edit?usp=sharing, 2019